

A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS RACIAIS E SUAS RESISTÊNCIAS

LA IMPLEMENTACIÓN DE LAS POLÍTICAS RACIALES Y SUS RESISTENCIAS

Ângela Maria Slongo¹

Maria de Fatima Camargo²

Maria Elena Berti Ceolin³

Willian Robson Soares Lucindo⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo relatar e analisar as ações da equipe multidisciplinar do Colégio Estadual João Manoel Mondrone, em Medianeira (PR), e, de igual modo, os fatos que contribuíram e limitaram suas atividades entre os anos de 2010 e 2014. O estudo faz parte de um conjunto de ações do Curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-Raciais, promovido pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em parceria com o Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu. O livro ata da equipe, os planos de ação anuais e um questionário elaborado pelos autores foram as fontes de pesquisa. As práticas possibilitaram que a comunidade escolar tivesse maior conhecimento sobre a temática da Lei nº 11.645 de 2008, mudaram as relações com os alunos, proporcionaram um olhar diferenciado em relação às religiões de matriz africana e, por isso, geraram conflitos. Para manter um grupo de profissionais da educação trabalhando em prol das mudanças de consciência, diante das limitações das ações da equipe, como a falta de apoio da direção, a falta de comprometimento dos professores e conflitos internos, fizeram-se necessários persistência e diálogos críticos.

Palavras-chave: Formação. Plano de ação. Conflitos.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo relatar y analizar el equipo multidisciplinario del Colégio Estadual João Manoel Mondrone, en Medianeira (PR) y también los hechos que contribuyeron y limitaron sus actividades entre los años 2010 y 2014. El estudio forma parte de un conjunto de acciones del Curso de Perfeccionamiento en Educación para las Relaciones Étnico-Raciales, promovido por la Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) en conjunto con el Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu. El libro de registros del equipo, los planes de acción anuales y una encuesta elaborada por los autores fueron las fuentes de investigación. Las prácticas permitieron que la comunidad escolar tuviera mayor conocimiento sobre la temática de la Ley nº 11.645 de 2008, que cambiaron su relación con los estudiantes y que proporcionaron una mirada diferenciada hacia las religiones africanas y, por ello, generaron conflictos. Para mantener a un grupo de profesionales de la educación trabajando en favor de los cambios de conciencia, ante las limitaciones de acciones del equipo, tales como la falta de apoyo de los directivos, o la falta de comprometimiento de los profesores y los conflictos internos se hicieron necesarios persistencia y diálogos críticos.

Palabras clave: Formación. Plan de acción. Conflictos.

¹ Professora e pedagoga – Colégio Estadual João Manoel Mondrone, de Medianeira (PR).

² Professora de História – Colégio Estadual João Manoel Mondrone (PR).

³ Professora de Língua Portuguesa – Colégio Estadual João Manoel Mondrone (PR).

⁴ Doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professor de História da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

O Colégio Estadual João Manoel Mondrone está localizado na cidade de Medianeira (PR). Destaca-se por ser o primeiro do município no ensino profissionalizante e por sua quantidade de cursos — Ensinos Fundamental e Médio; Formação de Docentes; Técnico em Administração; Técnico em Informática, e o Centro de Estudos de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Com 47 anos de fundação, possui um quadro com 108 professores, 27 funcionários técnicos (administrativos e serviços gerais) e 1.600 alunos. O colégio pertence a um bairro central, mas sua clientela é diversificada. Acolhe estudantes das proximidades, das periferias da cidade — os quais vivenciam situações de vulnerabilidade social —, brasiguaios⁵ e alunos oriundos de outros municípios.

A primeira equipe multidisciplinar do Colégio Mondrone foi montada em 2010, ano em que a Secretaria do Estado de Educação (SEED/PR), por meio da Resolução nº 3.399, regulamentou a composição e o funcionamento dessas equipes. Porém, em 2013, quando da formação de um novo grupo, a composição não foi feita de acordo com a resolução. Neste ano, a equipe multidisciplinar diretiva foi composta por uma pedagoga, uma agente educacional, um representante do Conselho Escolar e duas professoras, de Química e de Matemática. Não houve apresentação de propostas para elaboração do plano de ação e também houve mais professores da área de Exatas e de profissionais que não atuavam em sala de aula. Isso foi fruto das relações de poder da escola. Muitos acreditavam que a equipe multidisciplinar tinha pouco reconhecimento, por isso não houve chapas concorrentes e a composição foi feita por autoindicação e indicação da direção. Para Bourdieu, o poder simbólico exercido no sistema de ensino é “poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU apud CASTRO, 1998, p. 1).

A equipe multidisciplinar é dividida em duas partes: diretiva e participante. A primeira é composta por até seis integrantes e tem a função de elaborar e organizar um plano de ação em favor da implementação da Lei nº 11.645/08⁶ (BRASIL, 2008). Já na segunda, os membros da diretiva são somados a dois agentes educacionais e treze docentes. Todos frequentam os encontros de formação, onde se debatem textos e propostas de atividades para a execução do plano de ação. Assim, entendemos que a implementação de um plano de ação necessita da força do trabalho coletivo, embora a maioria dos professores tenha demonstrado desinteresse em candidatar-se ou apresentar propostas de ações para implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais. O trabalho da equipe multidisciplinar

⁵ Brasiguaião é aquele brasileiro que migrou para o Paraguai, mas que retornou a sua terra de origem e teve que passar por um processo de reterritorialização. Ou seja, teve que construir uma nova vida em terras brasileiras. Entretanto, passando por grandes desafios advindos da escolha de retornar, pois ao retornar, esse migrante já não será nem brasileiro nem paraguaio. Será brasiguaião.

⁶ Lei que trata da obrigatoriedade de incluir no currículo escolar as discussões referentes à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

é lento e gradual, porque depende do conjunto de momentos da consciência (conhecimento; autoconsciência; emoções; imaginação; vontade) dos envolvidos no processo para avançar nas pesquisas, nas atividades e para conseguir perceber o resultado do trabalho no ambiente escolar.

Considerando as infinitas possibilidades de estratégias que cada equipe tem para cumprir sua finalidade, elegeu-se como prioridade o estudo de documentos disponíveis no endereço eletrônico da Secretaria de Estado da Educação, de textos indicados nos cursos de formação docente que tratam sobre relações étnico-raciais promovidos por universidades localizadas na região e pelo sindicato da categoria. Definiu-se também a realização de uma feira gastronômica e da Mostra Cultural Afro-Brasileira, integrando as atividades e conteúdos vistos em sala de aula. Aqui, apresentaremos as ações da equipe multidisciplinar, as dificuldades enfrentadas e as possibilidades, visando contribuir com a implementação das Leis nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) e nº 11.645/08 (BRASIL, 2008).

2 AS AÇÕES DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A primeira equipe multidisciplinar no Colégio Estadual João Manoel Mondrone foi constituída em outubro de 2010, por iniciativa de uma professora da disciplina de História, após seu trabalho no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Na primeira reunião da equipe, em dezembro do mesmo ano, foi elaborado um projeto contemplando conteúdos referentes à história da África e da cultura afro-brasileira, a seleção de conceitos sobre a temática, a importância da Lei nº 10.639/03, a apresentação da proposta de realização da primeira mostra cultural sobre o tema, além de outras atividades a serem desenvolvidas por professores, alunos e a comunidade escolar.

Em fevereiro de 2011, durante a realização da semana pedagógica (que antecede o início das aulas), o plano de ação foi apresentado pela professora de História e aprovado pelos participantes presentes. A equipe ainda organizou uma palestra sobre conceitos técnicos da área de Direito, “rodas de conversa” a respeito da situação dos povos de alguns países da África, visita à Comunidade Quilombola Apepu, em São Miguel do Iguçu, e apresentou as discussões mantidas no 8º Fórum Permanente de Educação da Diversidade Étnico-Racial no Paraná, realizado de 27 a 29 de julho de 2011 em Pinhais (PR).

Nos encontros de 2012 foram estudados os temas referentes à literatura infantil africana, filmes infantis africanos, contos e festas dos afrodescendentes. O plano de ação desse ano privilegiava a contação de histórias, teatros, seminários e pesquisas sobre a temática afro-brasileira. Esses temas foram definidos partindo-se da ideia de que essas metodologias são mais aceitas pelos alunos e, portanto, surtem mais efeitos no aprendizado. Em 2013, como os textos estudados referiam-se às religiões de matriz africana, a escola contou com a participação da ialorixá⁷ de uma roça⁸ de candomblé de Foz do Iguçu, a qual esclareceu diversas questões sobre o tema.

⁷ Ialorixá é a sacerdotisa e chefe de um terreiro de candomblé.

⁸ Local onde se realizam os cultos cerimoniais e são feitas oferendas aos orixás da Religião de Matriz Africana.

Em 2014, além das atividades realizadas nos anos anteriores, resolveu-se elaborar um monitoramento estatístico relacionado à cor/etnia dos alunos do colégio, para acompanhar a evolução do “assumir-se negro” por meio das discussões sobre as relações sociais, valores e identidade dos alunos que ocorrem dentro de cada disciplina. Assim, necessitando de um parâmetro para iniciar a análise, optou-se por levantar os dados do diagnóstico étnico-racial, identificando-os por meio do estereótipo, com base na análise das fotos, chegando aos seguintes números: 1.334 brancos, 218 negros, 36 índios e 12 asiáticos. Essa análise, feita por uma pedagoga integrante da equipe, não incluiu a graduação das cores adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) porque as fotos analisadas não apresentavam nitidez suficiente para classificar as graduações de negritude e, sendo assim, a cores parda e negra foram classificadas unicamente como negra.

Constatou-se que durante os quatro anos da constituição e atuação da equipe multidisciplinar não foi possível realizar o diagnóstico étnico-racial dos alunos que frequentam o Colégio Estadual João Manoel Mondrone, uma vez que, no ato da matrícula, as agentes I (secretárias) não interrogavam os pais dos alunos quanto ao quesito de cor/raça. Segundo as agentes, as filas para matrícula eram longas e com isso precisavam agilizar o atendimento. Além disso, segundo elas, questões envolvendo a cor dos estudantes deixavam alguns pais constrangidos.

Embora conste na Instrução 017/2006, da Superintendência da Educação (SUED) que se deve “registrar no requerimento da matrícula do aluno, seu pertencimento étnico-racial, garantindo-se o registro de sua autodeclaração” (*sic*), existem dificuldades de pô-la em prática. Os professores também se recusaram a questionar seus alunos sobre isso, apesar de terem estudado a legislação e textos sobre a importância da identidade.

[...] podemos responder ao MEC/INEP que crianças e adolescentes entre 9 e 16 anos (quase 70% de nossa amostra) poderiam responder adequadamente ao quesito cor/raça do questionário do Censo Escolar. Alguns poderiam mesmo participar de debate na própria escola sobre conceituação, denominação e classificação racial. Bastaria que fossem criadas condições favoráveis para se ouvirem essas vozes (ROCHA; ROSEMBERG, 2007, p. 795).

O antropólogo e cientista social Kabengele Munanga alerta sobre a importância política da identidade: “A identidade é para os indivíduos a fonte de sentido e experiência. É necessário que a escola resgate a identidade dos afro-brasileiros. Negar qualquer etnia, além de esconder uma parte da história, leva os indivíduos à sua negação” (MUNANGA apud PARANÁ, 2006, p. 18). Neste sentido, entendemos que a autodeclaração poderia ser uma forma de colocar os estudantes no debate sobre relações étnico-raciais e, por isso, é preciso pensar maneiras para que a questão sobre cor/raça não seja vista de forma constrangedora.

2.1 A MOSTRA CULTURAL E SUA IMPORTÂNCIA

O evento Mostra Cultural Afro-Brasileira é organizado anualmente para exibir à comunidade escolar o resultado do trabalho que o professor de

cada disciplina executa com seus alunos em sala de aula. Os objetivos são celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra e compartilhar conhecimentos sobre a importância do povo africano para a construção de nossa história. A valorização da diversidade étnico-racial abre caminhos para pesquisa e discussão, e isso faz com que haja integração entre os alunos e comunidade escolar nesse evento.

A primeira Mostra Cultural teve a participação de todas as turmas e professores, sendo que o evento foi aberto à comunidade escolar e a outras instituições de ensino. Nessa primeira experiência, destacaram-se a participação e dedicação dos alunos no desenvolvimento dos trabalhos e nas apresentações.

Em 2012, a II Mostra Cultural ocorreu no Centro Popular de Cultura (CPC) do município. A programação foi restrita às turmas do Ensino Fundamental e foi diferente dos trabalhos desenvolvidos no ano anterior, já que houve omissão na participação dos estudantes do Ensino Médio e profissionalizante, dificultando a continuidade do projeto. Os números apresentados faziam referência ao trabalho escravo ou ao processo de escravidão, ao contrário do que se propôs no plano de ação da equipe para o ano (literatura infantil africana, contos e festas afrodescendentes). A proposta era dar visibilidade à cultura do povo negro, organizando o evento que celebrasse o Dia Nacional da Consciência Negra com música, dança, teatro e poesia. Ao todo foram organizados e apresentados dez números envolvendo alunos só do período da tarde. Nesse evento não houve a presença da direção da escola nem na abertura, e a indisciplina dos alunos foi sentida tanto por quem apresentou, quanto por quem assistiu ao espetáculo. A presença de diretores nos eventos escolares manifesta o poder simbólico. São momentos em que os que executam a ação se sentem valorizados.

Considerando que “não há um discurso neutro sobre imagens do passado”, precisamos “compreender os limites que temos em reproduzir o passado, quando as experiências vivenciadas trazem dor, humilhação e sofrimento” (SANTOS, 2013, p. 183). A opção dos professores em destacar nas apresentações artísticas “apenas” a submissão ao trabalho escravo impôs à plateia lembranças traumáticas para a população negra.

Contudo, para além de seu papel de informação e denúncia, essas imagens e narrativas provocam reações em seu público que não são homogêneas e que precisam ser investigadas, pois o processo de aprendizagem não ocorre somente pela informação (SANTOS, 2013, p. 187).

Uma das hipóteses da indisciplina dos alunos — manifestada por meio de vaias, xingamentos e ausência de silêncio — foi o fato de as apresentações retratarem a dor, o sofrimento e a subordinação do negro, omitindo as lutas pela liberdade e os valores como coragem, heroísmo e dignidade. Percebendo que alguns alunos ficaram incomodados com as cenas, seus colegas passaram a retaliá-los moralmente. Reações como essa são explicadas por Myrian Santos, quando afirma que “aqueles que no presente se identificam com os escravos ou seus descendentes não estão interessados em se verem eternizados na posição de subordinação” (IBIDEM, p. 193).

Na III Mostra Cultural, também realizada no CPC, as turmas dos períodos matutino e vespertino fizeram 13 apresentações que foram assistidas por pais e alunos do período noturno. As apresentações das turmas dos 7^{os} anos (consideradas de difícil domínio em sala), surpreenderam o público.

Ocorreram críticas a respeito do som e apresentações de músicas e peças teatrais não relacionadas ao tema. Os números, em geral, descreviam a resistência e as lutas do povo negro.

A IV Mostra Cultural foi realizada na quadra coberta do colégio e as apresentações artísticas resultantes das ações da equipe 2014 obtiveram êxito em apenas 12 das 48 turmas da instituição. Destaca-se que as turmas com maior número de alunos de cor negra não foram preparadas para o evento e, conseqüentemente, não apresentaram números artísticos ou exposição de artes plásticas. O motivo pelo qual somente a minoria das turmas se apresentou não ficou claro. Pode ser que o trabalho simplesmente não tenha sido realizado pelos professores regentes em algumas turmas, ou que somente não tenha sido publicizado, já que alguns pais não aceitam que a escola resgate a herança cultural africana. Outra situação em que mais uma vez a cultura externa influencia a cultura interna da escola.

Para enriquecer a mostra, a equipe contratou um professor de capoeira para treinar os alunos, pois, apesar de a arte marcial constar no currículo de Educação Física, nossos professores não a dominam e, portanto, não a ensinam. Por sugestão deste professor, decidiu-se fazer uma 'berimbalada', já que a musicalidade presente na capoeira seria inspiração para que os alunos se interessassem em aprendê-la. Foram contratados dois professores para ensinar a tocar instrumentos como o berimbau, o atabaque, o agogô e o chocalho. As turmas indicadas para aprender a tocá-los foram aquelas em que lecionavam os professores que, em sua maioria, eram integrantes da equipe multidisciplinar.

As principais dificuldades foram confeccionar berimbaus em quantidade suficiente e convencer os alunos a participar. Percebeu-se que alguns pais não foram favoráveis à participação de seus filhos nas aulas e que, durante os ensaios, alguns alunos se recusavam a segurar o instrumento e até mesmo a acompanhar o ritmo com palmas. Enquanto os ensaios ocorriam dentro da sala, notou-se que alguns alunos curiosos permaneciam na janela. Então buscou-se saber o interesse sobre o instrumento e passou-se a ensiná-los, abandonando as turmas da proposta inicial. Os alunos que se dispuseram a participar foram aqueles considerados "com dificuldades de aprendizagem", em sua maioria pertencentes a famílias de menor poder aquisitivo e, do nosso ponto de vista, afrodescendentes.

O documento que apresenta o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana diz que "há uma estreita relação entre o pertencimento étnico-racial e o sucesso, ou fracasso escolar" (BRASIL, 2004b, 13). Quando a escola oferece ao aluno atividades que são significativas para o seu desenvolvimento pessoal, seja para praticar (instrumento) ou para apreciar, desperta os sujeitos históricos e ativos e motiva-os a permanecer na escola.

Para despertar o desejo de aprender, conforme ensina a psicopedagoga Sara Paín:

A motivação que leva ao novo conhecimento não pode depender essencialmente de propaganda externa, seja ela positiva (vantagens e serviços) ou negativa (ameaça de fracasso social). Ela deve vir da ignorância que este conhecimento poderá levar a desaparecer e do valor emocional que constitui a aventura da investigação. Antes de oportunizar um saber,

é necessário assegurar-se que o aprendente sente falta desse saber e que este vem lhe dar resposta a um problema. Para que um problema surja, são necessárias instigantes e exigentes experiências participativas onde se possa viver prática e afetivamente os caminhos de uma indagação (PAÍN apud DIVERSIDADE..., 2010, p. 24-5).

Há necessidade de se ampliar os números artísticos e trabalhos de pesquisa sobre a história e cultura afro-brasileiras em todas as disciplinas do currículo escolar. O evento que contempla o Dia Nacional da Consciência Negra deve resultar da prática diária de conteúdos que reconheçam os valores e as contribuições dos afrodescendentes à vida social do país.

2.2 AS DIFICULDADES DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Além das atividades supracitadas, no ano de 2013 foram executados trabalhos com uma turma do 1º ano do Ensino Médio, na disciplina de Sociologia, sobre a história e cultura afro-brasileiras. O estudo das religiões de matriz africana foi introduzido no decorrer das atividades e dos debates, além do estudo de outras religiões como o budismo e islamismo, já que na nossa região existem locais para visitação (templos e igrejas) que recebem muito bem os turistas e que fazem palestras significativas sobre o tema.

Para maior enriquecimento, no final dos estudos, os alunos foram a Foz do Iguaçu para desenvolver pesquisas em um terreiro de candomblé, em um terreiro de umbanda, em uma mesquita, no templo budista, na catedral católica e no campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

O confronto dos conteúdos com novos saberes encontrados nos espaços visitados gera a aprendizagem feita com prazer e resulta na ampliação do conhecimento, do esclarecimento, da convivência com o “outro”, com o diferente. O teórico cultural e sociólogo jamaicano Stuart Hall argumenta que:

[...] as identidades têm a ver com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo que nós nos tornamos [...] como nós temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios (HALL, 2011, p. 109).

Na ocasião da palestra com a ialorixá, a respeito do candomblé, os professores e alunos puderam obter mais informações sobre a religião. No entanto, isso não foi suficiente para eliminar por completo posturas preconceituosas e discriminatórias. Daí se faz as seguintes perguntas: por que repudiar uma religião que nem se conhece? Como orientar seu aluno, mediante a falta de informações e conhecimentos, para que ele não inferiorize outras culturas e se veja como membro de uma sociedade repleta de diversidade?

Um fato que chamou a atenção para a falta de conhecimento em relação às religiões de matriz africana ocorreu em meio à apresentação da ialorixá: uma professora incluiu o termo “diabolização” numa pergunta dirigida à palestrante. Ainda que não tenha sido de forma intencional, a professora acabou utilizando um sistema de valores construído no passado, que desqualifica a cultura e as religiões afrodescendentes.

É importante se ater que o preconceito às religiões de matrizes africanas foi algo construído historicamente, como aponta Myrian Santos:

As religiões populares são consideradas pelas elites nacionais como manifestações grotescas, obscenas e primitivas. Este sentimento envergonhado em relação às religiões foi forjado a ferro e fogo. Os códigos penais de 1890, de 1932 e de 1942 incriminavam participantes de diversos ritos religiosos africanos (SANTOS, 2013, p. 164).

O diálogo com a sacerdotisa do candomblé expôs a importância do papel da equipe multidisciplinar na escola, provocando reflexões e ações que problematizem as relações no âmbito escolar para superar a discriminação. Magnaldo Oliveira dos Santos em seu artigo “Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades”, afirma que:

[...] Evidencia-se, o Candomblé como espaço e ao mesmo tempo agente mantenedor e transformador da memória do povo negro. É por meio, principalmente dele, que as lembranças de lutas e resistência, bem como reafirmação da crença e de identidades são asseguradas, “recuperadas” e revisitadas, a despeito de todos os esforços empregados, tanto por parte da sociedade elitista, como por parte do Estado brasileiro, na tentativa de silenciar, apagar essas histórias e memórias (SANTOS, 2011, p. 8).

Além disso, houve dificuldades com pais de alunos que denunciaram a viagem ao Núcleo Regional de Educação (NRE), afirmando que os alunos foram obrigados a participar de rituais do candomblé e umbanda, conforme consta no Ofício nº 414/2014, recebido pelo colégio nove meses depois da viagem. Na denúncia constava o seguinte:

Recentemente tomei conhecimento que no ano 2013 (parece-me que isto ocorreu também em anos anteriores) uma professora do Colégio João Manoel Mondrone, de Medianeira PR, promoveu uma excursão a cidade de Foz do Iguaçu, PR, com o fim de proporcionar aos estudantes uma interação com outras religiões, como o islamismo, candomblé, umbanda, espiritismo. A participação foi obrigatória, já que lhe foi atribuída nota. Tal visita gerou pânico em alguns alunos, especialmente quando foram obrigados a participar de uma sessão de umbanda. Tal pânico explica-se em razão da formação cristã e católica recebida. Venho então, considerando que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias” (inciso VI, art.5º, da Constituição Federal) manifestar a este Núcleo de Educação, do qual espero procedimentos em defesa de nossa Lei Maior, a minha indignação e o meu repúdio ao procedimento deste professor, avalizado pela direção do Colégio Mondrone (NRE, 2014, p. 1).*

Após a denúncia, os alunos defenderam a professora, argumentando sobre a importância do estudo sobre a causa negra e, inclusive, salientando que são conteúdos que já haviam sido discutidos na aula de Sociologia. Disse um dos alunos:

* N. do E: Foi mantida a forma original do texto, sem modificações.

O objetivo da viagem foi para estudos para aprendermos sobre religiões e culturas diferentes, esse objetivo foi atingido para todos os alunos, todos participaram voluntariamente, por livre e espontânea vontade. Os alunos que não participaram recebiam trabalhos ou eram avaliados de outra forma. Nenhum aluno perdeu nota ou a oportunidade de ganhá-la e de ser avaliado. Foi uma ótima forma de recebermos conhecimento, além disso, acabar ou ao menos diminuir o preconceito com muitas culturas e religiões. De acordo com as visitas que participamos e fizemos, em nenhuma houve algum tipo de ritual, apenas palestras para conhecermos (Estudante do Colégio Mondrone, 2014).

Esses embates são importantes para discussão sobre o racismo no ambiente escolar e, ao mesmo tempo, para o aprofundamento dos conhecimentos sobre essas questões que envolvem a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003).

Considerando que a denúncia foi registrada no ano letivo seguinte ao da viagem, talvez a intenção era reivindicar o direito à nota de algum estudante retido — a denúncia se mantém anônima. Entretanto, o ofício aponta para dificuldades de professores e equipe pedagógica em executar atividades que possibilitem aos estudantes conhecer e conviver com o diferente por meio do estudo religioso.

A participação de docentes também é uma dificuldade da equipe multidisciplinar. Durante os quatro anos da existência da equipe ocorreram vários embates, principalmente com professores dos cursos técnicos, que não aceitavam participar dos estudos, dos eventos organizados pela equipe e tampouco permitiam que os alunos participassem das atividades, dos debates sobre as relações étnico-raciais e sobre racismo e preconceito. Afirmavam que não tinham tempo e que os alunos estavam envolvidos em outros projetos, pois davam prioridade à mostra empresarial (projeto anual dos cursos técnicos). Mesmo assim, o papel da equipe foi o de orientar e tentar envolver estes profissionais em atividades e convidá-los a participar do grupo.

Outra questão que causou desconforto e que provocou a desistência de três integrantes do grupo de formação, sendo dois deles da equipe diretiva, foi o fato de uma dessas professoras ter argumentado sobre a importância de se fazer a leitura e análise dos textos, de haver maior participação nos debates e sobre a necessidade de se registrar no Plano de Trabalho Docente os conteúdos relacionados à disciplina que cada professor definiu para trabalhar durante o ano letivo.

Maria Aparecida Silva Bento, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), em sua experiência em ministrar cursos de formação no movimento sindical, diz:

Compartilho com a perspectiva de Tatum que destaca que um curso de formação sobre relações raciais obriga as pessoas a entrarem e/ou aprofundarem o contato com sua condição de negro e de branco. Esse contato obriga-as a rever seu passado e a refletir sobre seu presente nas relações raciais. Raiva, culpa, impotência, agressividade podem surgir dentro e/ou fora da sala de aula, dificultando a continuidade do curso ou gerando a desistência. É necessário, pois, ter uma boa leitura do que está acontecendo para poder intervir de modo a garantir a continuidade da participação das pessoas (CARONE; BENTO, 2012, p. 155-6).

Após esses conflitos, o grupo que permaneceu pesquisou mais detalhadamente os temas e se preocupou em apresentar qualidade nas exposições valendo-se de vídeos, ilustrações/fotos, pesquisas em *sites* — como os dos Núcleos Interdisciplinares de Reflexão e Memória Afrodescendente das universidades do país —, em referências bibliográficas das áreas de Filosofia e Sociologia, relacionando-os com acontecimentos ocorridos nas dependências do colégio, os quais geravam discussões políticas e pedagógicas referentes à ação educativa, além de provocar a busca de soluções ou respostas para o problema das relações raciais. Alguns integrantes passaram a vigiar a lista de presença para que os ausentes não assinassem, inibindo, assim, aqueles profissionais interessados apenas no certificado de formação continuada como trampolim para promoção salarial.

Por meio de leituras de alguns artigos, é possível encontrar como justificativa para a não aplicação da lei a falta de capacitação e a precariedade e desvalorização da atividade docente. Mas, o que explicaria, então, possuir material didático, palestras, grupo de formação e, ainda assim, os professores se negarem a realizar leituras mais aprofundadas e dedicar-se mais à pesquisa? É óbvio que a carga horária é extenuante, porém acreditamos ser possível organizar melhor o tempo e nos conscientizarmos da importância deste estudo para nossa transformação pessoal e social.

Portanto, a desmotivação e a falta de consciência, conforme Luís Fernandes de Oliveira, agravam o conformismo.

[...] surgem as questões das imposições administrativas, da permanente cobrança de resultados nas avaliações e da precariedade salarial que vêm instalando um cenário de dificuldades, de desmobilização e de desânimo entre os profissionais da educação, que por sua vez, (*sic*) servem de justificativa para manter tudo do modo como está, já que, na lógica de um círculo vicioso na maioria das falas docentes, não adianta mudar nada, pois nada muda na gestão educacional (OLIVEIRA, 2014, p. 4).

A perspectiva da construção de uma sociedade sem racismo depende de ações que sensibilizem e da “ampliação da consciência dos educadores de que a questão étnico-racial diz respeito a toda sociedade brasileira e não somente aos negros [e indígenas]; e entendimento no trato pedagógico e democrático da questão étnico-racial como direito” (GOMES, 2011, p. 1).

A proposta de trabalho da equipe multidisciplinar, na escola, junto aos professores, é favorecer as discussões e propor uma reflexão e sensibilização quanto à aplicação do conteúdo escolar, partindo do princípio do conhecimento da lei, aprofundando a pesquisa sobre a África e analisando conceitos a respeito da história e cultura afro-brasileiras. Portanto, é evidente a importância do trabalho da equipe multidisciplinar, pois, por meio dela, aos poucos, alguns conceitos e a história da África entraram na pauta de debate, dando abertura a novas discussões e promovendo o interesse dos demais professores.

2.3 O QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Com o objetivo de refletir sobre as ações da equipe multidisciplinar, procurou-se perceber em que medida a atuação dos professores que dela participam tem possibilitado “ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira” (BRASIL, 2004a, p. 8) e aplicou-se um questionário, composto por 11 questões, a 22 professores, mas apenas 16 foram devolvidos.

A aplicação do questionário serviu para analisar o grau de satisfação dos docentes em relação ao trabalho da equipe multidisciplinar e verificar como os temas trabalhados ajudam na aplicação das leis. Por meio dele, foi possível mensurar o grau de conhecimento e conscientização do professor em relação às diferenças étnicas, e o “saber lidar” com as possíveis dificuldades deparadas no dia a dia, ou não, em se tratando de prática de racismo ou preconceito racial.

Quando indagados sobre a formação recebida nos encontros da equipe multidisciplinar, os professores consideraram que foi positiva, pois passaram a ter uma visão diferente a respeito do continente africano e da diversidade no Brasil.

Não se percebeu nas respostas registros sobre relações raciais do colégio, apesar de ser possível notar situações de desigualdades de tratamento. No colégio, não se costuma indicar alunas negras como candidatas aos concursos de garota Olimpíada Mondrone Interséries (OMIS) e *miss* Medianeira, que ocorrem anualmente. Ainda foi possível notar que os professores têm insegurança em tratar sobre racismo. Em oito respostas, eles demonstraram não saber como e com quem discutir as situações de discriminação racial. Assim, esses professores ainda não se perceberam como responsáveis pela discussão, que deve ser promovida, também, cotidianamente, em sala de aula, com os alunos.

Em outras respostas, eles demonstraram acreditar que para melhorar a “influência” dos cursos de formação, em termos pedagógicos, a equipe precisa contar com apoio de todos. Para os professores, a falta de interação e integração de todos os setores da escola na implementação do Plano de Ação cria a impressão que a equipe multidisciplinar não faz parte da instituição, causando a desmotivação.

Ao serem questionados sobre como eram tratadas questões da cultura afro-brasileira e discriminação racial antes de a equipe multidisciplinar ser formada na escola, alguns professores falaram do desconhecimento em como tratar desses assuntos. Desse modo, o corpo docente não tinha condições de abordar os temas obrigatórios da lei. A equipe multidisciplinar pode ter atraído a atenção dos professores sobre esses assuntos, já que, segundo se percebeu com o questionário, somente onze deles participaram de algum curso sobre a história da África e cultura afro-brasileira.

A importância da equipe multidisciplinar é sentida dentro do corpo docente, que, em praticamente todas as respostas, concorda com sua continuidade, fazendo algumas ressalvas sobre datas e discussão de temas propostos para a organização das apresentações na Mostra Cultural.

Henrique Cunha Junior relata um fato corriqueiro, que reforça a importância da formação na temática:

Vejam como são as coisas: o meu professor de Filosofia na faculdade era marxista, socialista e democrático. No entanto, ele dizia que somente os gregos faziam filosofia. Ou seja, somente os gregos trabalhavam com a racionalidade científica. Isto induz a ideia de que os africanos não teriam filosofia e de que também não teriam produzido pensamentos dentro da racionalidade científica. Deduziríamos que estariam atrasados com relação aos europeus. Isto produz ideias racistas que desqualificam socialmente os africanos para a produção do pensamento filosófico (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 8).

A atuação da equipe multidisciplinar parece agir dentro da contradição apresentada por Renísia Cristina Garcia Filice, a qual afirma:

Assim, apesar da rota pensada pela tendência neoliberal que pulsa nos documentos oficiais, na prática de muitos gestores ausentes/alheios e/ou sensíveis, nota-se que as estradas percorridas não têm mais volta. Outros tantos gestores proativos já assumiram as políticas públicas como o canal de negociação, mesmo que, conforme destaca a técnica em educação de Porto Alegre, a sociedade não saiba “o valor da implementação de políticas públicas”, há grupos que sabem e estes têm feito a diferença no contexto da implantação do art. 26-A. E, enquanto houver textos escorregadios, posturas “politicamente corretas” daqueles gestores lenientes com o *status quo*, que se dizem a favor das políticas de diversidade, mas na prática nada fazem, sempre haverá representantes da contracultura hegemônica a pressionar e reconstruir outros rumos (FILICE, 2010, p. 209).

Cabe registrar que três docentes utilizaram nas respostas as palavras “consciência e mentalidade” quando indagados sobre “O que fazer para modificar a situação de racismo nas escolas?”. Essas palavras remetem a mudanças de atitudes no plano individual, quando no colégio necessitamos de ações políticas coletivas que sejam aplicadas ao currículo de todas as disciplinas simultaneamente, e não isoladamente por alguns professores, os quais se dedicam exaustivamente para que a transformação social aconteça. Até mesmo “pagando o preço” de terem que se explicar à Ouvidoria pelo simples fato de executar o que as leis determinam.

Afirmativas como: “Pode ajudar sim, mas só irá mudar quando a nossa sociedade e política mudarem!”; “Acredito que ajuda muito, porém é uma questão social, também”, nos remetem à falta de comprometimento pessoal à medida que as responsabilidades em relação às questões referentes ao preconceito e à discriminação são repassadas para a sociedade em geral e para o poder público. Não podemos esquecer que a sociedade é formada por indivíduos que, com pequenas ações positivas, podem realizar grandes transformações.

Apesar de a equipe, do ponto de vista de alguns professores, ter realizado um bom trabalho, acreditamos que é preciso aprofundar a temática e melhorar as relações entre a equipe multidisciplinar e toda a comunidade escolar, especialmente a gestão, para que se crie um espaço favorável para a realização das atividades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação dos planos de ação elaborados pela equipe multidisciplinar, apesar das circunstâncias em que se concretizaram, teve como objetivo possibilitar aos professores e aos alunos a oportunidade de manter contato com materiais que mostram a diversidade cultural, científica e tecnológica afrodescendente. Também construiu no educando uma identidade afrodescendente positiva, e sensibilizou os educadores para inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, no sentido de implementar a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003).

Em uma visão imediata, a prática executada não parece exitosa. Entretanto, tudo o que foi planejado, executado, vivido e debatido nos encontros de formação, nas mostras culturais e nas feiras gastronômicas permanece num processo de reflexão evolutiva nos profissionais e alunos participantes, os quais possuem a capacidade de reconstruir valores e mudar atitudes no interior do colégio. Durante todo o projeto, trabalhou-se diante de contradições e retrocessos para fazer com que a história e cultura afro-brasileiras estejam presentes em cada disciplina das diversas grades curriculares. Com isso, conclui-se que se deve continuar agindo no intuito de criar condições favoráveis para que isso realmente aconteça na prática. Uma das alternativas é atrair pais e movimentos negros locais com o objetivo de assimilar novas estratégias de ação para que, em ocasiões em que os professores evidenciem atitudes racistas, saibam lidar com os alunos e seus pais, saibam esclarecer conflitos cognitivos (mesmo que estes causem divergências de opinião) e passem a denunciar e repreender posturas racistas no espaço escolar.

Pela longa e árdua pesquisa e por todas as dificuldades que foram vivenciadas ao realizar esse projeto, relatou-se esse artigo com sentimento, lembranças e saberes. Entretanto, com o auxílio da gestão e maior participação dos profissionais do colégio, acredita-se que será possível adquirir novas ideias, melhorar a qualidade e principalmente aumentar o alcance da ideologia do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afrobrasileira. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 11 maio 2015.

_____. *Lei 11.645, de 10 de março de 2008*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 11 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer n.º CNE/CP 003/2004*. Brasília, DF, 10 mar. 2004a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em 11 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília, DF, 2004b.



- CASTRO, M. de. Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 24, n. 1, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100002>. Acesso em: 10 maio 2015.
- CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CUNHA JUNIOR, H. C. Tecnologia africana na formação brasileira. Rio de Janeiro: CEAP, 2010. Disponível em: <http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/268>. Acesso em: 24 fev. 2014.
- DIVERSIDADE e capacitação em escolas de governo: mesa-redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2010. Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/downloads/Caderno_Diversidade.pdf>. Acesso em 06 jan. 2015.
- FILICE, R. C. G. *Raça e classe na gestão da educação básica brasileira*. 2010. 342 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6001/1/2010_RenisiaCristinaGarciaFilice.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2014.
- GONÇALVES, K. B. Brasiguaios: território, identidade e desafios. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, Málaga, dic. 2010. Disponível em <www.eumed.net/rev/cccss/10/>. Acesso em: 10 maio 2015.
- GOMES, N. L. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. *A Cor da Cultura*, Rio de Janeiro, 25 ago. 2011. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>>. Acesso em: 02 dez. 2014.
- NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU. *Ofício nº 414/2014*. Foz do Iguaçu, 2014.
- OLIVEIRA, L. F. de. *Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais em Educação e a Lei 10.639*. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT04-3068--Int.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2014.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. *História e cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais*. Curitiba: SEED, 2006. (Cadernos temáticos).
- _____. Secretaria de Estado da Educação. *Instrução nº 017/2006 – SUED*. Curitiba, 20 dez. 2006.
- ROCHA, E. J.; ROSEMBERG, F. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 759-799, set./dez. 2007.
- SANTOS, Magnaldo Oliveira dos. Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá (PR), v. 3, n. 9, jan. 2011.
- SANTOS, Myrian Sepúvela dos. *Memória coletiva e identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2013.